

O CONCEITO ESTRATÉGICO EUROPEU: A

INDEFINIÇÃO NOS 60 ANOS

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos
da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito
da Universidade Técnica de Lisboa

Julgo que o primeiro dos problemas a encarar neste aniversário da União Europeia é o do seu conceito estratégico. Tal conceito estratégico, que tem de ser compreensivo, começa no caso presente por estar ameaçado pelo aprofundamento das divisões das parcelas ocidentais mais em vista, Europa e Estados Unidos. Admitindo que a cultura, elemento matricial da unidade, também tem, nas unidades complexas, variações das hierarquias das componentes, a divisão referida tem mostrado uma evidente alteração das posições entre a *matriz francesa* e a *matriz anglo-saxónica*.

Depois da guerra, e muito especialmente durante a guerra-fria, o domínio anglo-saxónico, em vários ramos da cultura e da arte, no domínio da língua, no avanço científico, e na capacidade militar, financeira e económica, subiu na escala da supremacia ocidental, por vezes com o consenso de Thatcher preocupada com a hegemonia anglo-saxónica, quer no espaço ocidental, quer no

globalismo em progresso, não obstante as dificuldades crescentes nesta última perspectiva. Nesta comunicação tentaremos reunir comentários anteriores dispersos.

O anúncio habitual, no fim de todas as guerras, sobretudo mundiais, é que a paz será a garantia de que o desastre não voltará a repetir-se. A Guerra Mundial de 1939-1945 não foi exceção, e a criação da ONU foi anunciada com esse objetivo.

Infelizmente, na estrutura da organização ficou instalado, ao lado dessa referência ao legado humanista ocidental, com sede na Assembleia Geral, a referência ao legado maquiavélico, segundo o qual quem tem força joga-a, com sede no Conselho de Segurança, e direito de veto reservado a cinco potências: Estados Unidos da América, URSS, Inglaterra, França, e China.

A queda do Muro de Berlim em 1989 induziu potências ocidentais a imaginar que podiam proclamar-se vencedoras da guerra fria, mas talvez seja mais rigorosa a leitura que atribui o facto à espécie de fadiga dos metais em que se traduz o processo degenerativo dos impérios.

No espaço ocidental, a sobrevivência do conceito renascentista da soberania animou o unilateralismo da administração republicana dos EUA, com os desastres conhecidos, e a meditação teórica repartiu-se naquela país por duas tendências: uma, tributária de Fukuyama, anunciou o fim da história, com o

sentido de que apenas sobrevivia uma proposta de governação mundial, a democracia de modelo americano, a Declaração de Direitos do Homem de matriz americana, a liberdade económica do mercado de opção americana; outra, tributária do recentemente falecido Huntington, apontou para o conflito das civilizações, talvez por ter presente a mudança de sinal da Assembleia Geral da ONU resultante das autodeterminações.

Os factos, entre os quais avulta o agravamento do terrorismo global, se não foram cabalmente alinhando a favor desta última tese, foram desmentindo a tese do fim da história, e até apontando para conceitos que a paz da II Guerra Mundial parecia ter definitivamente afastado: a tese de fim da história recordava a perspectiva colonialista ocidental de tratar as restantes áreas culturais como a *cera mole* que poderia ser moldada pelos valores e práticas da hegemonia colonizadora; por seu lado, a tese do conflito das civilizações, explicitada pelo último grande livro de Huntington (*Who are we?* – 2004), convidou a meditar sobre se a identidade americana estaria em perigo, vista a chegada das minorias ao poder, isto sem que tenha podido assistir ao triunfo de Obama.

O facto é que, depois da queda do Muro, continuam a multiplicar-se conflitos armados de consequências eventualmente terríveis, lembrando a África a derivar para o conceito de África Útil, a intervenção no Iraque e no Afeganistão, o interminável conflito de Israel com a Palestina, a questão de

Caxemira, o terrorismo global, o regresso da pirataria. E tudo agravado pela chamada de Deus ao campo de batalha, quando movimentos islâmicos incluem valores religiosos no seu conceito estratégico. Ocorre-me lembrar a batalha de Lepanto, como referência ao confronto brutal orientado por uma chamada contraditória de Deus ao campo de batalha, para meditar sobre as hipóteses estratégicas do presente, sobre a ameaça do regresso de igual calamidade, tendo sobretudo em vista a relação de Portugal com a conjuntura, em que o Mediterrâneo é um cemitério de fugitivos, a crise económica e financeira é mundial.

A prospetiva estratégica, no que toca à segurança e defesa, com intervenção militar, talvez deva ser desenvolvida segundo duas perspetivas, que podem eventualmente coincidir ativamente no tempo, mas que, mais previsivelmente, correspondem a definições diferentes das circunstâncias do Estado.

Uma das vertentes, vinda do exterior, mais ligada ao conceito e à realidade da soberania no sentido renascentista, implica a definição plausível de uma relação entre objetivos e capacidade, como foi a regra na época gloriosa da expansão marítima. O erro de avaliação tem custos severos, como nos aconteceu com o sonho africano de D. Sebastião, mas a intervenção corresponde a um

voluntarismo animado pela convicção da capacidade, analisada em recursos humanos, financeiros, e técnicos, de impor a vontade.

Outra perspectiva, que talvez seja a que melhor corresponde à situação atual portuguesa, isto é, à circunstância mundial em que o país se insere, tem em vista a relação do espaço geográfico em que a Nação estaciona, com os desafios que a circunstância lhe dirige, e aos quais pode alternadamente responder com um simples *poder funcional* respeitado, ou com uma *submissão funcional* determinante de custos materiais, e, por vezes, irremediavelmente morais.

Longe, passados séculos, da autonomia da intervenção que tivemos na mundialização, e vivida uma história de aleatórias submissões derivadas da simples posição geográfica ou de interesses, é a pertença ao sistema que salvaguarda a integridade possível, sobretudo quando, como agora, o conceito de soberania muda aceleradamente de conteúdo, e se multiplicam os casos em que deixou de ser um conceito protetor dos mais fracos, pela sua natureza jurídica.

Percebemos isso quando decidimos entrar como fundadores da NATO, embora esta não cobrisse os interesses imperiais portugueses; entendemos isso, quando decidimos aderir à Comunidade Europeia, sabendo, por experiência, que Portugal sempre necessitou de um apoio externo para garantir a independência possível em cada época. Se a perda do Império, ajustou a definição dos

interesses sobreviventes portugueses ao conceito da NATO, o desaparecimento do inimigo a leste levou à redefinição do conceito da Aliança em termos de provocar a fluidez das solidariedades, com se viu com o unilateralismo que os EUA eventualmente assumiram, crenças na sua natureza de Nação indispensável, e no fim da história. Mas também a reconhecida necessidade do apoio externo, mais centrado na União Europeia, implicou a evolução da nossa soberania renascentista para *soberania de serviço* ou *cooperativa*, com transferência de competências para a Europa, ao mesmo tempo que, apesar disso, se degradam as capacidades portuguesas efetivas no sentido de o país ser um Estado protegido. O período da troika, foi de protetorado humilhante.

Todos vão aprendendo que sem articulação em rede, formando regionalizações como a da União Europeia, ou reconhecendo Alianças como a NATO, não é possível reorganizar a governança do globalismo, cuja realidade parece corresponder ao conceito de *anarquia*.

A longa experiência portuguesa torna evidente que a integração em organizações internacionais, com as adaptações da soberania necessárias, lhe é imperativa. Por isso a pertença à União Europeia foi uma escolha sem alternativa, a pertença à NATO, enquanto existir, é um dever e uma necessidade.

Mas, em face da anarquia da governança mundial, vista a emergência de poderes que se encaminham para um lugar igual no quadro das superpotências,

como acontece com a China e a Índia, tudo recomenda à debilidade da Europa, sem matérias-primas, sem energia, sem mão-de-obra, sem autonomia estratégica alimentar, discutir como participar, com resultados úteis, na reformulação dessa desafiada governança. É absolutamente inadiável.

Isto significa que a secular necessidade de incluir, no sistema constitucional e político português, um apoio externo sem o qual tal sistema não funciona eficazmente, se acentuou à medida que a globalização se expandiu, e que as redes económicas, financeiras, da informação, da segurança, por vezes se independentizaram da rede dos Estados.

Por isso, com todos os custos presumíveis, designadamente pela transferência de competências para redes transnacionais, a pertença a um grande espaço, como a União Europeia, é necessário, com o país envolvido nos êxitos e fracassos desse modelo em evolução para uma forma final não identificável por enquanto. As vicissitudes da autonomia europeia de segurança e defesa serão necessariamente participadas.

Quando Obama lembrou o pluralismo das contribuições culturais que se congregaram para a emergência do sonho americano, ofereceu a paz ao encontro das áreas culturais, lembrou que a Declaração da Filadélfia é irrenunciável como padrão da dignidade de todos os homens, mas não omitiu que a sua visão de uma

nova era, de uma nova geração, alimenta a confiança na convicção de que Deus a chamou para moldar o futuro. A atual presidência de Trump não o deixa supor.

Os regimes políticos, com variações específicas, estão sempre num processo de tensão entre as promessas e os problemas suscitados pelo incumprimento, sendo que o valor da confiança, entre a população e as instâncias do poder, responde com variações que vão da sustentação do esforço ao total abandono do apoio.

A abstenção nos atos eleitorais é um dos indícios mais significativos, com os melhores a recolherem-se ao abrigo da atividade privada, em regra um erro de garantismo porque, sem uma relação saudável com o poder, as consequências negativas da disfunção crescem inevitavelmente em todos os sectores da vida económica, cultural, científica.

Não é provável que “o declínio do político” se desenvolva sem atingir todas as estruturas sociais, e não é possível que a sociedade civil consiga desenvolver um projeto de desenvolvimento humano sustentado quando falha o valor da confiança.

A desconsideração recíproca, pública, frequente e alarmante, de titulares das responsabilidades pelo regular funcionamento das instituições políticas e de execução das políticas públicas, agrava a desconfiança com um inquietante golpe naquilo que o jovem Javier Gomá chamou “exemplaridade pública”, ao

avaliar “a causa do nosso atual descontentamento”, que filia em duas tendências dos regimes em vigor, o subjetivismo e a vulgaridade.

A confiança pública é o alicerce indispensável de qualquer política destinada a evitar que a exiguidade do Estado se torne numa debilidade crónica. A restauração do civismo ativo, da Pietas de Cícero, é a primeira urgência.

1 – A primeira observação sobre este tema da relação entre O Sistema Internacional e o Contexto Estratégico mundial é a evidente distância entre a *definição normativa* do sistema e a *realidade mundial* em desencontro com a definição.

Porque se trata da matéria amplamente versada, quanto ao primeiro ponto tratarei apenas de alinhar as referências fundamentais. O texto matricial é a Carta da ONU, elaborada sobretudo pelos ocidentais em clima de euforia pela vitória militar contra o Reich alemão na guerra de 1939-1945. O passivo dessa guerra, incluindo designadamente os talvez cinquenta milhões de mortos, as destruições das estruturas europeias, os efeitos colaterais ao redor da terra, o facto de a paz ser proclamada quando os vencedores assumiam, com a domesticação da energia atómica, o poder de destruir a Humanidade, não ensombrou a convicção de que os autores ocidentais da Carta tinham a supremacia sobre o resto do mundo. Que a URSS fosse apenas uma aliada no combate, mas não o seria na concepção do mundo a reconstruir, e que a China era

um poder emergente que a fantasia de entregar a sua representação ao governo da ilha de Taiwan não impedia de ser um facto a considerar na perspectiva das décadas a seguir, foram circunstâncias ou ignoradas ou secundarizadas.

Muito rapidamente chegaria o dia em que Churchill, afastado do governo de Inglaterra, apontaria para a *cortina de ferro*, que marcou a substituição da Ordem da ONU pela Ordem dos Pactos Militares (NATO, Pacto de Varsóvia) que de facto vigorou até à queda do Muro de Berlim em 1989.¹

A partir dessa data, a total impossibilidade de definir uma *ordem mundial*, com a natureza de um ordenamento formal ou informal que torne viável uma previsibilidade razoável, passou a ter a expressão mais notória no apelo a um pensamento complexo, que fez do princípio da incerteza de Heisenberg a contraditória certeza de que, feito tudo quanto esteja ao nosso alcance, o resultado será imprevisível.²

O fenómeno que mais desafiou o projeto de S. Francisco foi a hoje chamada *globalização*. A ONU recolheu a experiência anterior à guerra de 1939-1945, e por isso foi concebida como uma organização de Estados, com soberania, jurisdição interna salvaguardada, interesses nacionais definidos e

¹ J. Carpentier et F. Lebrun (Direct.), *Histoire de L'Europe*, Editions du Seuil, Paris, 1990. A guerra de Espanha, prefácio da guerra mundial, iniciada em 1930, tornou famosa uma canção popular que dizia: “Los quatro generales – que se han alzado – para la Nochebueva – serân ahorcados”. De facto a guerra durou até 1945, porque a *guerra fria* apenas disse respeito à chamada cidade planetária do Norte do Mundo.

² Charles von Doren, *Breve história do saber*, Caderno, Lisboa, 2007, pg. 402 e segts.

protegidos, cidadania, a nação como comunidade, fronteiras geográficas sagradas.

Muito rapidamente, os extraordinários avanços da ciência e da técnica, utilizados pelo empreendedorismo económico e financeiro, desatualizaram a relação de cada um desses conceitos fundamentais com o seu conteúdo. Uma espécie de cascata fez com que os problemas internos passassem a internacionalmente relevantes, e estes a internacionais, fragilizando o modelo do Estado soberano, um fenómeno visível ao longo do século passado.³

Para que o quadro não seja inteiramente pessimista, convém anotar que o globalismo tem um ativo de importância, que Michael T. Snarr e D. Neil Snarr procuraram recentemente inventariar.⁴ O conceito operacional é muito simples: globalismo aplica-se aos temas que são transnacionais (political country borders), como a poluição, ou, independentemente das fronteiras, afetam grupos humanos em várias latitudes, designadamente provocando rivalidades étnicas. Na proposta síntese, são consideradas vantagens o enfraquecimento dos regimes autoritários, economicamente o aumento das possibilidades de escolhas para trabalho e consumo, a exposição a culturas diferentes; são, por outro lado,

³ B. Badie, *Un monde sans souveraineté: Les Etats entre ruse et responsabilité*, Fayard, Paris, 1999. M. C. Smuts (dir.), *Les nouvelles Relations Internationales. Pratiques et Théories*, Presses de Sciences Po, Paris, 1988. Z. Brzezinski, *Between Two Ages*, Viking Press, N. Y., 1970. M. Poncelet, *Une utopie post-tiers-mondiste. La dimension culturelle du développement*, L'Harmattan, Paris, 1994.

⁴ Michael T. Snarr e D. Neil Snarr (Edit.), *Global Issues*, Linne Rienser Publishers, Londres e N. Y., 2002. J. Jonnelly, *Universal Human Rights in theory and in Practice*, Cornell University Press, 2002. Sara Soares Franco Graça, *Direitos Humanos Universais?*, in Proelium, Revista da Academia Militar, VI série, n.º 13, 2010, pg. 281 e sgts., confrontando *direitos humanos e terrorismo*.

consideradas desvantagens, a incapacidade de resistir a influências externas não desejadas, o aumento da distância entre ricos e pobres, o imperialismo cultural dos países dominantes.⁵

As correntes migratórias do sul da fronteira da geografia da fome (Josué de Castro), movidos pela necessidade e também pela desordem política que foi instalada nos seus territórios de origem, foram acolhidas por uma *teologia de mercado*, em que o preço das coisas deixou de ter relação com o valor das coisas, sem política de acolhimento, política de integração, e política de assimilação, o que originou uma incidência esdrúxula da crise económica e financeira na situação desses imigrantes, entre os quais avultam os casos de 18 milhões de muçulmanos instalados na Europa.

O resultado, que aflige os governos dos países recetores, é que as *nações*, comunidades que servem de base fundamental, embora tendencial, à identidade dos Estados, e as *sociedades civis* que correspondem a um *normativismo* cuja observância assenta na confiança a regularidade pacífica das relações, se deparam com *multidões* que suscitam conflitos gravíssimos com os seus bairros separados, a lembrar a ordem medieval, e com resposta nos *condomínios fechados* que lembram os castelos da mesma época: Paris, Atenas, Setúbal, são referências. Sobretudo são referências de entraves ao encontro das culturas em

⁵ A. Mattelart, *Histoire de la utopie planétaire: de la cité prophétique à la société globale*, La Découverte, Paris, 1999. S. Gouzenski, *La pensée métisse*, Fayard, Paris, 1999. Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree: Understanding globalization*, Anchor Books, N. Y., 2000.

clima de respeito mútuo e troca de padrões, o contrário do universalismo corrente que foi pregado.⁶

Foi nesse sentido que Edgar Morin deu expressão ao que chama *epistemologia da complexidade*, desafiada pelo confronto entre a aspiração de um saber não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado de qualquer conhecimento.⁷ Fica a não abandonada violência, porque, como disse Norberto Bobbio, a guerra como via bloqueada é uma metáfora.⁸

Por tudo, a segurança global é um desafio a encarar com a perspectiva da complexidade, mas sempre exigindo um *ponto de referência*, a partir do qual seja possível tentar racionalizar a decadência das grandes potências do passado, a emergência de novos poderes estaduais como a China, a União Indiana, o Brasil, os poderes atípicos como a Al Caeda, o desafio do forte ao fraco, a criminalidade internacional, a persistência e, como enquadramento da desordem crescente, o alargamento da fronteira da pobreza, a mudança das sociedades civis ocidentais, o relativismo ético, o confronto das culturas nem sempre pacífico, a desordem das finanças e da economia mundiais.

Na completa incerteza sobre o futuro, talvez o famoso Orwell mereça nova leitura, para ajudar a compreender que o Ocidente, como região, exige uma

⁶ E. Balibar e I. Wallerstein, *Race, nation, classe. Les identites ambiguës*, La Decouverte, Paris, 1988. John K. Cox, *Nacionalism*, in *Global Issues*, cit., pg. 35 e seqs., especialmente “*creation of Enemies*”, “*Overlap with religion*” e “*Discrimination Against Minorities*”, pg. 41. Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1780. Programmes, Myth, Reality*, N. Y., Cambridge University Press, 1992.

⁷ Edgar Morin, *Cultura e Barbárie Europeia*, Instituto Piaget, Lisboa, 2007.

⁸ Norberto Bobbio, *O problema da guerra e da Paz*, S. Paulo, UNESP, 2002, pg. 165.

segurança unitária tranquila, incluindo a segurança articulada do Atlântico Norte e do Atlântico Sul: parece evidente que o conceito da NATO, será afetado. É preocupante a circunstância de Portugal, que cedo me pareceu em evolução para Estado exíguo, e hoje está em protetorado, defronta todas estas exigências da evolução problemática. Tenho abordado esta questão em várias oportunidades, e não insistirei agora nela. Salvo em que a alternativa é estar nos centros de decisão com voz autorizada, ou assumir o risco de ser apenas o destinatário das decisões dos outros.⁹

O facto de a NATO ser uma Aliança, e as alianças terem num inimigo declarado ou pressentido a causa da solidariedade que une as soberanias, faz com que o próprio conceito agregador das potências exija discussão à medida que a circunstância que as rodeia mude de definição. A guerra contra o Nazismo foi um exemplo, com a rápida circulação da URSS a mudar de aliados, passando de aliados para inimigos, depois que a Alemanha foi vencida.

Quando, em 1949, os EUA se comprometeram numa aliança militar com os europeus, praticaram um ato que poucos tinham previsto no período que decorre entre o silenciar das armas de 1945 e aquela data. A crise de Berlim, marcada pelo facto de o General Sokolovski ter abandonado a reunião do Conselho de Controlo Aliado da Alemanha, em 18 de Março de 1948, por causa

⁹ Adriano Moreira, *A privatização da guerra*, in Revista de História das Ideias, vol. 20, Faculdade de Letras, Coimbra, 2009

dos planos ocidentais da criação de um Estado alemão ocidental, definitivamente deu validade indiscutida à declaração que Spaak faria na ONU, dirigindo-se aos soviéticos: afirmou que a causa da política defensiva europeia era o medo em relação a Moscovo.

As iniciativas regionais europeias anteriores, sobretudo o Pacto de Bruxelas de 17 de Março de 1948, anunciando a política de uma estratégia comum de defesa da União Europeia Ocidental, foi logo considerada por Bevin, em nome da Inglaterra, como incapaz de responder à ameaça vinda do leste. Aquilo que convenceu o Congresso dos EUA, que gastou três meses em discussões, foi o facto de Dean Acheson ter assegurado que não se tratava de uma aliança euro-americana, mas sim de *defesa atlântica*, colocando o mar da sua retaguarda histórica, porque o seu mar nacional de destino é o Pacífico, no centro do conceito operacional.

O perigo era reconhecível em muitas ações e declarações soviéticas, mas basta recolher apenas uma das conclusões de Churchill, em Janeiro de 1945: “não tenham ilusões. Todos os Balcãs, à exceção da Grécia, vão ser bolchevizados e não há nada que eu possa fazer para o impedir. Também não há nada que possa fazer pela Polónia”.

A queda do Muro de Berlim em 1989, deu a muitos responsáveis europeus a ilusão de que tinham ganho esta verdadeiramente segunda fase da guerra

Mundial de 1939-1945, quando a possível realidade é que apenas se tratava de a não terem perdido, *porque a manutenção do modelo estalinista não esteve internamente ao alcance do poder político soviético.*

Por outro lado, a noção de que o *resto do mundo*, que os europeus tinham hegemonizado, *considerava os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos*, tornou-se não apenas evidente pelo *poder do verbo* que os seus povos tinham progressivamente assumido na ordem internacional, mas pelos factos que foram revestindo a forma de *guerrilhas*, de *agressões isoladas*, de *guerras marginais*, e finalmente de *terrorismo global*, com a mais esclarecedora eficácia no 11 de Setembro, ponto alto de uma narrativa que inclui, designadamente, o assassínio de Judeus nos Jogos Olímpicos de Munique, as Brigadas Vermelhas, o Exército Republicano Irlandês, a ETA, a Fração do Exército Vermelho.

Agora, desaparecidos o inimigo e a ameaça que dinamizaram a Aliança, não se tratava do *interesse de uma região*, mas sim do *globalismo* dos riscos, das ameaças e das agressões na *fronteira dos interesses* sem necessariamente uma fronteira geográfica, esta sendo uma noção de coexistência difícil com o globalismo. Há portanto um novo problema, *com a legitimidade a discutir com os factos*, porque a legitimidade tende para mudar de fundamentos e objetivos à medida que a desordem mundial faz emergir poderes que se afirmam para

responder a emergências sociais, políticas, e militares, que violam e excedem os quadros de referência em vigor.

Talvez a primeira nota importante seja a do alargamento inspirado pela visão de uma “*Europe Whole and free*”, e pela abertura a todas as democracias “*witch share the values of our Alliance*”, que possam ser úteis para a estabilidade e segurança comuns.

É evidente que esta premissa abre caminho à desterritorialização da ameaça à Aliança, em função do reconhecimento de que os desafios e ameaças ao *território da fundação* podem ter origem “*at strategic distance or closes to home*”.

Quer porque os novos aliados não viveram a ameaça territorial dos cinquenta anos de guerra fria, quer porque é difícil identificar ameaças novas que sejam dirigidas à segurança e paz interiores em tabela diferenciada das ameaças que afetam especificamente os interesses dos aliados, esta visão do globalismo defronta-se com as fronteiras dos interesses regionalizados, e aponta para uma revisão global de responsabilidades da Aliança, distante das vivências de guerra fria.

A primeira dúvida diz respeito à conceptualização da relação NATO – União Europeia, uma questão que apela ao exercício do pensamento complexo, porque, por um lado, a Aliança Atlântica é uma comunidade de Estados

soberanos, que não inclui nenhuma comunidade regional; por seu lado, a União Europeia, em tempo de espera pelo efetivo exercício do Tratado de Lisboa, tende para a assumida personalidade internacional, e vai apenas sublinhando que “NATO and the EU share common values and strategic interest”. Veremos se a afirmação continua a ter validade.

A comunidade de valores não precisa de ser enfatizada, mas exige meditação que a NATO comunga interesses estratégicos e valores com a EU, sendo que os países da EU são membros individuais da NATO, pelo que se relacionam com eles próprios quando negociam com a Aliança cooperação e agendamentos.

O raciocínio prospetivo desenvolve-se ao redor das perspetivas com que os EUA seguem a evolução da União Europeia. Definitivamente é uma perspetiva de diálogo entre duas entidades, não uma perspetiva de aliança plural. O efeito desagregador viu-se quando a visão neoconservadora dos republicanos definiu a América como a nação indispensável, aceitou o fim da história, e optou pelo unilateralismo, com o desastre do Iraque. A divisão no Conselho de Segurança, e a divisão no Conselho Europeu, foram um custo negativo, que abriu caminho a esta perspetiva: os EUA não consideram a eventualidade de uma nova guerra civil europeia, como foram as de 1914-1918 e 1939-1945, mas necessitaram de uma privilegiada relação com a Europa, que tem, como eles,

interesses mundiais, no Pacífico, na África, na América Latina, e também uma relação especial com a China, com a União Indiana, com o cinturão Muçulmano, enfim com o globalismo. Esta visão tem uma referência de perigo agudo na proliferação nuclear, e um desafio evidente no Irão e na Coreia do Norte.

O indício que se retira, parece orientar no sentido de reconhecer que a debilidade da ordem internacional não apenas exige a reforma da ONU com redefinição dos titulares do Conselho de Segurança, com veto ou sem ele, permanentes ou com mandato temporal, mas com identidade e representação definidas; que a Europa, numa renovada ordem mundial, que tende para encontrar nas regionalizações os patamares da harmonia, tem de escolher entre a *unidade* ou a *desistência dela*, neste caso se algumas potências europeias continuarem a colocar a arrogância no lugar do realismo; uma Aliança que foi organizada para um conflito regional, o qual deflagrou no espaço europeu por obra dos seus demónios interiores e não por qualquer ataque externo, também não pode ignorar o globalismo dos perigos, a desterritorialização das ameaças, a tendência para a multiplicação dos regionalismos, e para a multiplicação dos centros de poder.

Talvez as circunstâncias estejam a enviar a mensagem de que a base regional da organização da segurança, que esteve, com discussão da respetiva legitimidade, na *área atlântica do Norte*, tenha que partir do reconhecimento de

que os ocidentais pela cultura e pela história, o ocidente pela geografia, no pendor do regionalismo que se afirma como patamar do globalismo organizado, devem iluminar a reflexão sobre a revisão da governança, sobre a plataforma de apoio, que não pode contar com a complacência do tempo que passa: nós, *os ocidentais*, os utopistas da unidade do género humano, e da terra casa comum da humanidade, precisamos de entrar em meditação conjunta.¹⁰

E tal meditação implica não esquecer que no passado se passaram estes factos: 1) quisemos a unidade coberta pelo direito, sem nenhuma retaliação contra os causadores da guerra; 2) frequentemente usando uma *política furtiva*, isto é, sem participação das populações, que foram perdendo a confiança na estrutura, enfrentando agora os populismos; 3) fizemos o alargamento, depois da queda do Muro, sem estudos de governabilidade para países afastados, durante meio século, da experiência ocidental; 4) deixamos dividir a União entre países ricos e países pobres, tudo coberto pela crise económica e financeira mundial; 5) a saída em curso do Reino Unido é exigente de apreciar criticamente o primeiro anúncio de exigente reforma, vindo da Comissão Europeia, para que não acabe. Sobre ela farei os seguintes comentários finais.

A celebração dos 60 anos do Tratado de Roma, está dominada pela declaração do Presidente da Comissão Europeia, que anunciou no Parlamento Europeu, neste Março do Outono Ocidental de 2017, uma opção múltipla que,

¹⁰ Academia das Ciências de Lisboa, 25 de Junho de 2009

como foi lembrado, repesca os contraditórios projetos da década de 1990: um que pretende a Federação, outro que prefere a flexibilidade da União mais suscetível de aumentar a dimensão, e outro finalmente uma geometria variável, o que significaria regressar à Europa múltipla anterior à guerra de 1939-1945, com redefinições de fronteiras interiores articuladas. O Tratado de Lisboa, obtido a duras penas negociais, para, quanto à semântica criativa, alterar a modalidade Constitucional que entusiasmou Giscard D'Estaing, embora sem definir um conceito estratégico, optou pela União, que na história ocidental conduziu os EUA para a Federação que é hoje. Todavia a ponderação dos factos globais criou com esperança a ONU, projeto do mundo único, mas esta seria a depositária de um sonho de ordem em parte posto em regime de espera pela criação da Ordem dos Pactos Militares (NATO – VARSÓVIA) que durou até à queda do Muro de Berlim em 1989. Criações que enquadraram a União Europeia, para a qual Portugal entrou no governo de Mário Soares, em cerimónia histórica celebrada nos Jerónimos. Realmente, foi a Fronteira Ideológica que levou a organizar a segurança militar dos Pactos, com o Ocidente a proclamar o ideal democrático, e o leste, ocupado e comandado pela Rússia, a sustentar o modelo soviético, tão dramaticamente descrito, no seu custo humano, pelo famoso livro da Prémio Nobel Svetlana Alexievich, intitulado *O Fim do Homem Soviético*, publicado entre nós em 2016. Ora a queda do Muro de Berlim como que divide duas épocas da União Europeia. A primeira, que decorreu sob a

ameaça assumida de o soviétismo pretender estender o seu domínio até ao Atlântico, a segunda, democrática, e solidária até à derrocada interior do Império Soviético Russo. Na primeira época, em que o governo americano sublinhou que não se tratava de uma aliança EUA-Europa, mas da “unidade atlântica”, deu tranquilidade aos europeus da União, vencidas as resistências gaulistas em relação à entrada da Inglaterra. A recuperação europeia foi notável, em vista do desastre de que partiu, e o espírito, que pode chamar-se de santidade, acompanhou os fundadores que repudiaram a retaliação contra os causadores da tragédia de 1939-1945, decididos a que nunca mais se repetisse. Os EUA, todavia, nunca omitiram que se consideravam a potência líder mundial, e ainda em 1997 Clinton declarou que “o nosso principal objetivo é ajudar a construir, pela primeira vez, uma indivisa, democrática Europa”, afirmação incluída no discurso sobre o estado da União, e, caído o Muro, Bush afirmou que “nós (EUA) não podemos esquecer a profunda verdade: os Estados Unidos comprometeram-se a continuar na Europa depois da Guerra Fria, de modo a ajudar a manter a paz e sustentar a revolução democrática”, o que inspirou a política de expandir a NATO para os países que tinham integrado o Pacto de Varsóvia. Não é um pormenor verificar a relação entre o aumento das suas despesas militares e o nível das exportações do seu complexo militar-industrial. É impossível, nesta data, não tentar avaliar a articulação, mesmo não projetadas mas acontecida, entre o discurso de Jean-Claude Juncker ao Parlamento

Europeu, com a solidariedade de António Tajani, sobre o futuro da Europa, com as múltiplas declarações do Presidente Trump sobre a perspetiva, que declarou ter, de medir a consistência e dimensão da NATO pelos custos que os restantes membros assumam, medindo a segurança pelas contribuições, uma relação impossível de consolidar. Difícil é medir as inquietações causadas pelos desabafos presidenciais, o problema da Turquia, a deslizar para apoiar o Império do Meio que Putin ambiciona, tudo apontando para que os EUA evitem enfraquecer a unidade Atlântica, ao mesmo tempo que a sonhada integração europeia, com séculos de projeto e espera, procura não abalar os alicerces, caminhando para a precariedade. Não são as palavras inesperadas do Presidente da Comissão que surpreendem, nem já surpreendem as do Presidente dos EUA: o que preocupa é a debilidade das leituras do futuro, o que agrava as inquietações das sociedades civis e abre caminho aos populismos. O que se torna gravemente evidente é que esta ausência de vontade esclarecida sobre a unidade europeia corresponde a uma pouco clara enumeração e avaliação das ameaças vindas da circunstância que rodeia esta antiga luz do mundo, e que vai enfraquecendo a projeção global dos seus valores, que a anarquia do pensamento atlântico empurra para o esquecimento.

Universidade do Algarve

24/03/2017